



Feminismo Matricêntrico e contranarrativas de maternagem das entrevistadas da plataforma Cientista Que Virou Mãe

Matricentric feminism and mothering counternarratives of interviewees from the Cientista Que Virou Mãe platform

Luana Borges Lemes¹

RESUMO

Este trabalho aborda o conceito de Feminismo Matricêntrico, de Andrea O'Reilly (2016), para fundamentar contranarrativas de maternagem nos relatos das entrevistadas da plataforma Cientista Que Virou Mãe. Objetiva-se compreender como elas atribuem suas práticas de maternagem às suas militâncias feministas, a partir da história das mulheres, dos estudos de gênero, sobre representações maternas.

PALAVRAS-CHAVE: Maternagem. Gênero. Feminismo. Prática Discursiva.

ABSTRACT

This work addresses the concept of Matricentric Feminism, by Andrea O'Reilly (2016), to support counternarratives of mothering in the reports of the interviewees on the platform Cientista Que Virou Mãe. from the history of women, from gender studies, on maternal representations.

KEYWORDS: Motherhood. Mothering. Gender. Feminism. Discursive Practice.

* * *

Introdução

Partindo da abordagem sobre maternagem como um tema pouco desenvolvido no feminismo de segunda onda no século XX, apesar de tratar sobre maternidade, este artigo envolve a discussão sobre ambos os temas que têm sido aprofundados no século XXI, sobretudo por grupos ativistas e autoras feministas. Por meio dessa perspectiva este estudo apresenta como as integrantes da plataforma Cientista Que Virou Mãe² contribuem para a temática no campo historiográfico. Por meio de entrevistas em profundidade concedidas por cinco dessas mulheres mães se constituem as fontes desta pesquisa para dar conta das práticas discursivas sobre maternagem pensadas como

¹ Mestrado em Programa de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: lu_borges@hotmail.com.

² Disponível em: <<http://cientistaqueviroumae.com.br/>>. Acesso em: 21 out 2020.

novas devido aos posicionamentos feministas das mesmas. Para tanto, as narrativas têm o enfoque conceitual do “feminismo matricêntrico” cunhado por Andrea O’Reilly (2016), pesquisadora canadense reconhecida nos estudos maternos, a qual realiza distinções profícuas entre os termos maternidade e maternagem, sendo fundamental para pensar o contexto histórico e social das “mães feministas das famílias” neste trabalho, a fim de compreender suas narrativas feministas sobre a educação que buscam para suas filhas e seus filhos.

A partir do posicionamento feminista, muitas mulheres contemporâneas estão promovendo novas reflexões e práticas voltadas à equidade de gênero, como as mães feministas que praticam a maternagem e as relações familiares junto à militância feminista. Essa mediação do mundo com interferências baseadas na transmissão de valores das famílias, possibilita pensar na proposta de transformação social por meio de novas relações de gênero e novos modelos familiares. A formação que as mães feministas proporcionam aos seus filhos pode ser diferente de suas gerações anteriores, devido à iniciativa de romper laços ancestrais, como das tradições sexistas. Necessita-se diferenciar a maternidade como instituição cultural e biológica, tradicionalmente opressiva às mães, e a maternagem como vivências das mulheres mães, para abordar o fundamento do feminismo matricêntrico. Essa conceituação contribui para observar como surge o vínculo entre a maternagem na identificação feminista e as contranarrativas de maternagem, conforme as entrevistadas da Cientista Que Virou Mãe narram nesta pesquisa.

Feminismo Matricêntrico: contranarrativas de maternagem

Eu acredito que as crianças aprendem com modelos de vida, com formas de viver e a minha forma de viver é feminista, então minha filha vive isso também. Os momentos que eu preciso ativamente defender os valores feministas, nesse momento que ela está com seis anos é a luta contra o sexismo na infância, é o brinquedo de menina, o brinquedo de menino [...] eu não deixo passar nada! Cada coisinha que falam eu faço ela pensar, não doutrino [...] e ela acaba construindo isso junto.

Nesse relato da entrevistada Laura (2016), observa-se a narrativa de suas novas práticas de maternagem na relação com sua filha. As contranarrativas de maternagem são pensadas para articular diferentes relações de poder de gênero sobre as tarefas de cuidado assimiladas culturalmente de forma opressiva às mulheres mães. Por isso, a

construção de novas práticas discursivas de maternagem questionam e desconstróem a narrativa mais conhecida sobre maternidade, como as noções institucionais e essencialistas que se torna opressiva às mulheres. Assim, o conceito de maternagem destaca as vivências das mães no feminismo matricêntrico que, segundo Andrea O’Reilly (2016, p. 281), retrata a maternidade como posição social e política das mulheres para abordar suas questões como mães e reivindicar seus direitos:

(...) o feminismo matricêntrico entende que a maternidade deve ser construída social e historicamente e posiciona a maternagem mais como uma prática do que como uma identidade. Central para o feminismo matricêntrico é uma crítica da posição maternalista que posiciona a maternidade como fundamento basilar da identidade feminina; desafia a suposição de que a maternidade é natural para as mulheres - todas as mulheres, naturalmente, sabem como ser mãe - e que o trabalho de maternagem é impulsionado pelo instinto ao invés de inteligência e desenvolvido pelo hábito e não pela habilidade.³

A distinção entre os conceitos possibilita entender a desconstrução da “maternidade” essencialista e a importância das práticas discursivas da “maternagem” que fundamentam o feminismo matricêntrico e estruturam os estudos maternos. A “prática discursiva” expressa as condições da produção e da utilização dos enunciados nos discursos, que perpassadas por relações de poder definem a urgência e a manutenção de um discurso, conforme Michel Foucault (2008, p. 133). As práticas discursivas não podem ser reduzidas aos aspectos formais da linguagem porque dependem do contexto histórico, de quem discursa e de sua intenção na formação do enunciado. Desse modo, entende-se a capacidade das práticas discursivas para desenvolver identidades, continuidades e transações de conceitos, mas não como validade de juízos e sim como condição de realidade dos enunciados que, para Michel Foucault (2008, p. 144), “não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. [...] define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva”. O autor explica porque as palavras e os fatos relacionam-se historicamente, o que implica em construções de sentidos e de relações de poder, que revelam as práticas sociais presentes nos discursos, já que palavras são

³ Trecho original: “(...) matricentric feminism understands motherhood to be socially and historically constructed and positions mothering more as a practice than an identity. Central to matricentric feminism is a critique of the maternalist stance that positions maternity as basic to and the basis of female identity; it challenges the assumption that maternity is natural to women—all women naturally know how to mother—and that the work of mothering is driven by instinct rather than intelligence and developed by habit rather than skill” (tradução nossa).

construções da linguagem que constituem o discurso como forma de ação no mundo, ou seja, como práticas discursivas.

1. Maternidade / *motherhood*, associada ao poder biológico e aos significados institucionais, simbólicos e culturais do termo. 2. Maternagem / *mothering*, indicando ações e processos contínuos, ou seja, as práticas de maternagem. Segundo O'Reilly (2013, p. 188), podemos desconstruir a narrativa patriarcal da maternidade, se desestabilizarmos o seu discurso e a sua conseqüente interferência nas práticas de maternagem. Neste sentido, através da articulação de contranarrativas que evidenciem a existência de diferentes práticas de maternagem, podemos promover novos questionamentos e, assim estimular a desconstrução ou aceitação silenciosa da cultura da maternidade (MENDONÇA, 2014, p. 296-297).

A conceituação dos termos maternidade e maternagem destaca a relevância de suas práticas discursivas na sociedade e modos de pensar contranarrativas. A resignificação da maternidade e da maternagem é proposta por Andrea O'Reilly (2016), por meio do feminismo matricêntrico. A defesa dessa desconstrução de diferenças de gênero é feita por Andrea O'Reilly (2016, p. 320) visto que, muitas vezes, se mostra uma questão opressora às mulheres mães, abordando as relações entre diferenças em que “embora o feminismo matricêntrico tenha uma perspectiva matrifocal e insista que a maternagem importa, não promove um argumento ou agenda maternalista [...] enfoca a experiência generificada da maternagem (gravidez, parto e amamentação) e obriga a abordar a espinhosa questão da diferença de gênero”. Nessa direção, a teoria feminista, para a autora, evidencia a diferença cultural do feminismo posicionando o gênero no centro dos debates sociais para pensar a opressão sobre as mulheres.

Para Andrea O'Reilly (2016), as feministas pós-estruturalistas procuram destacar as diferenças de gênero para combaterem as discriminações formadas nas sociedades a partir dessas diferenças. Essa abordagem possibilita analisar como as mulheres mães se identificam e atribuem suas novas práticas de maternagem ao feminismo. As mães entrevistadas nesta pesquisa relatam o processo de reconhecimento das desigualdades de gênero através da identificação com o feminismo, a começar pelo exemplo de Renata (2017): “o feminismo veio com a maternidade, porque tem coisa que a gente não consegue delegar para ninguém e começa a ficar em desvantagem nesse processo, que é mais pesado para as mulheres. A vida fica toda relativa àquela criança e ela dá muito trabalho”. Para Renata, o trabalho intensivo da maternagem e a falta de liberdade de

escolhas por conta das questões de gênero percebidas, podem ser relacionadas à demanda social por uma constante flexibilidade às mães e à consequente exaustão no universo materno.

(...) é enquanto a elasticidade “é uma demanda que sintetiza a busca do ideal da perfeição multitarefas, a exaustão é o seu outro lado da moeda. Afinal, elásticos podem romper-se. E a ruptura dessa elasticidade vem se manifestando por meio de psicopatologias que estão afetando as mães contemporâneas: estresse, *burn out*⁴, depressão pós-parto, síndrome do pânico, dentre outras (MENDONÇA, 2014, p. 41).

Muitos desses problemas advêm da interferência das atividades multitarefas, que integram demandas profissionais nas práticas de maternagem ao cotidiano de muitas mulheres. Por consequência, a conciliação do tempo materno com o tempo profissional tornar-se paradoxal, além de exaustiva às mães devido às atribuições exigidas pelo mercado de trabalho. Para Maria Collier de Mendonça (2014, p. 204), “a questão do tempo de qualidade gerou um debate interessante entre as mães de criança e, ainda, evidenciou outro conflito que se refere à dificuldade de estabelecer fronteiras entre o tempo do trabalho profissional e do tempo dos filhos”. Visto isso, os cuidados maternos são trabalhosos, pois envolvem processos contínuos, muitas vezes repetitivos e prolongados a partir do tempo de desenvolvimento da criança.

Nas relações familiares, as condições materiais e simbólicas da pessoa que cuida são frágeis, além da posição de quem é cuidado, que se torna vulnerável, quando segue a lógica de mercado. Neste sentido, argumenta que contratar serviços de qualidade é algo restrito a poucas pessoas devido aos altos custos financeiros:

As mulheres que cuidam de familiares veem comprometida sua possibilidade de exercer trabalho remunerado, tornando-se socialmente mais vulneráveis e dependentes dos seus companheiros, de outros familiares e/ou do Estado. Os julgamentos morais que são feitos a partir da expectativa de que todos sejam igualmente capazes de dar conta de si e dos seus familiares impõem sanções e prejuízos a quem não corresponde a esse ideal. Ao mesmo tempo, esse é um ideal que não atende à democracia, ou ao cuidado com as pessoas como um valor, mas, ao contrário, colabora para que as desigualdades sejam justificadas e naturalizadas. É um ideal orientado pelo mérito e pela competição, negando ou simplesmente deixando de discutir o fato de que as condições em que os indivíduos

⁴ Síndrome do esgotamento ou síndrome de Burnout é um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, definido por Herbert J. Freudemberger.

disputam uma posição ao sol são completamente distintas (BIROLI, 2014, p. 70-71).

Flávia Biroli aborda a dificuldade de valorizar as trabalhadoras de cuidados, como nas práticas de maternagem intensiva tratadas nesta pesquisa, por não serem reconhecidas as desigualdades de direitos e oportunidades que cercam as questões de gênero, principalmente às mulheres. Muitas trabalhadoras de cuidados domésticos não recebem remuneração e têm chances reduzidas de ascender na carreira profissional ou mesmo de começar uma quando almejam, devido às demandas de cuidados prolongados com seus familiares. O reconhecimento das desigualdades de gênero, para a entrevistada Daiana (2017), surgiu apenas em sua terceira gestação, da primeira filha: “mesmo eu tendo o discurso na prática, não gostava de discutir teoria feminista (...) comecei a participar das discussões de gênero na UFSC, mas era mais na questão LGBT. Quando fiquei grávida eu falei ‘agora eu tenho que mergulhar no feminismo’, porque vou ter uma menina”.

O desinteresse inicial por questões de gênero pode ser considerado, em grande parte, porque ela abordava com mais frequência as questões antirracistas, em razão de Daiana ser negra. Ao pensar as desigualdades de gênero sobre mulheres negras, necessita-se destacar sobreposições de lutas sociais por direitos iguais, como aborda Bell Hooks (2017, p. 24): “as mulheres negras (e seus aliados revolucionários na luta) tinham claro que nunca conseguiriam a igualdade dentro do patriarcado capitalista supremacista branco existente”⁵. A autora expressa a origem do movimento feminista realizado por mulheres brancas e também o racismo estrutural que, muitas vezes, se faz presente no feminismo. Mulheres negras nos movimentos feministas são revolucionárias, para Bell Hooks, pois expõem a dificuldade delas ao enfrentar preconceitos de gênero e raça.

A entrevistada Daiana (2017) atribui sua identificação com o feminismo à vivência de tornar-se mãe de uma menina, o que pode ser interpretado pelo fato dela também ser mulher e, por isso, se preocupar em combater as opressões de gênero, por saber o que sua filha provavelmente poderá enfrentar. Essa perspectiva possibilita pensar a relação feminista não apenas com enfoque nas meninas, mantendo diálogos sobre questões de gênero também com os meninos. Essa relevância é relatada pelas entrevistadas devido à necessidade de novas práticas de maternagem aos meninos para

⁵ Trecho original: “las mujeres negras (y sus aliados revolucionarios en la lucha) tenían claro que nunca iban a conseguir la igualdad dentro del patriarcado capitalista supremacista blanco existente”

minimizar comportamentos machistas deles. Há uma percepção sobre a construção da igualdade de gênero que passa pelo reconhecimento das desigualdades e da revisão dos próprios valores, conforme Renata (2017) trata no processo de influência mútua na relação com seus filhos: “o machismo não está só na questão da mulher, está na própria questão do que é ser homem, discutir masculinidade é muito importante, problematizar cada coisa, sem ser agressiva”.

A entrevistada Antônia (2017) cita a relação de parceria com seu filho adolescente para desconstruir as questões de masculinidade: “ele sabe das matérias que eu faço desde pequeno, a gente conversa sobre violência contra a mulher, é um assunto recorrente aqui em casa. Ele sempre estudou em escolas democráticas que também me ajudam nessa função [...] quando ele reproduz coisas machistas eu converso com ele”. Ela afirma que seu filho começa a questionar o entorno social e o que observa na mídia. Essas maneiras de ensinar valores de equidade de gênero narram novas práticas de maternagem como contranarrativas das formas tradicionais, na qual as mães atuam em combate ao sexismo.

As práticas buscam uma nova lógica de aprendizado e de diálogo sobre as relações de gênero, que podem ser entendidas como uma pedagogia feminista por meio de “dualismos ‘clássicos’ apontados por Guacira Louro (1997, p. 113): competição / cooperação; objetividade / subjetividade; ensino / aprendizagem; hierarquia/igualdade — em que o primeiro termo representa o modelo androcêntrico de educação e o segundo termo aponta para a concepção feminista”. Dessa maneira, as práticas de maternagem em combate ao sexismo, como cita a entrevistada Laura (2016), refletem no comportamento de sua filha de seis anos: “ela estava com um amigo dela lá em casa e ele falou ‘eu também tenho boneca’ e ela respondeu ‘isso aí, mas por que você não teria? Por que você está falando isso? Porque algumas pessoas não entendem’. A gente entende, é a desnaturalização do sexismo”. A entrevistada Laura reconhece que convive em uma “bolha” com pessoas que compartilham dos mesmos valores feministas, onde o combate ao sexismo torna-se um critério de convivência.

A bolha pode ser associada à Primavera das Mulheres no Brasil, que convive em meio ao conservadorismo com discursos catalisados pela Internet. Fora da redoma feminista, a convivência social é mais desafiadora, porém Laura afirma posicionar-se de forma combativa contra o sexismo em qualquer ambiente, mesmo que cause desconforto. A reação de desconforto no entorno social quando uma feminista pratica valores não sexistas pode ser compreendida pela ignorância sobre o problema do sexismo, conforme

Bell Hooks (2017, p. 21): “o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexual e a opressão [...] o problema é o conjunto do pensamento e a ação sexista, independentemente de quem o perpetuem mulheres ou homens, crianças ou adultos”. A autora busca elucidar a amplitude do movimento feminista que denuncia um sexismo sistêmico e institucionalizado, por isso requer um entendimento igualmente com amplas perspectivas e antes entender o sexismo e tendê-lo como um problema social”⁶

Nas novas práticas de maternagem com os filhos, as mães entrevistadas citam a escolha da escola como decisiva para tornar o ensino escolar coerente aos valores feministas de equidade de gênero oferecidos nas famílias. A entrevistada Laura (2016) relata como foi sua busca por uma escola para a iniciação de sua filha de seis anos: “a primeira pergunta que eu fiz à diretora da escola foi ‘tem banheiro de menino e banheiro de menina?’ Ela falou não. Então agora nós vamos conversar eu disse. Por isso que é uma escola legal, se eu perceber um indício de sexismo lá eu não estarei, é muito claro isso”. De forma semelhante, a entrevistada Daiana (2017) relata a dificuldade na relação com a escola na formação de seus filhos: “é uma luta diária, tendo que desconstruir e ensinar, porque a escola é um fator muito forte, lá reforçam essa coisa de ‘sou homem, sou macho’ e temos que ficar sempre monitorando para dizer que não é assim, fazemos esse discurso com os meninos”.

É “natural” que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se misturem para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão “características” de cada gênero? [...] É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela freqüentemente carrega e institui (LOURO, 1997, p. 63-64).

Guacira Louro (1997) afirma que os questionamentos no campo escolar precisam ultrapassar a ideia do binarismo rígido das relações de gênero. Desse modo, as práticas

⁶ Trecho original: “(...) el feminismo es un movimiento para acabar con el sexismo, la explotación sexista y la opresión. (...) A efectos prácticos, es una definición que implica que el problema es el conjunto del pensamiento y la acción sexista, independientemente de que lo perpetúen mujeres u hombres, niños o adultos. Es lo suficientemente amplia como para comprender el sexismo sistémico institucionalizado. Para entender el feminismo es necesario entender el sexismo. Como bien saben todas las personas que defienden la política feminista, la mayoría de la gente no sabe lo que es el sexismo o, si lo sabe, cree que no es un problema” (tradução nossa).

educativas classificadas como uma “pedagogia feminista” formam um modelo alternativo que desconstrói a dualidade sexista, no qual as feministas estabelecem uma aprendizagem com enfoque na emancipação das meninas. Guacira Louro (1997, p. 113) elucida o método feminista: “para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais”. Segundo a autora, a exclusiva autoridade de um conhecimento legítimo da (o) professora (o) é substituída por diálogo com as (os) estudantes promovendo igualdade de fala e de escuta.

Há uma democratização dos saberes com os diálogos construídos nas relações familiares que, para Maria Collier de Mendonça (2014, p. 178), deve-se “à mudança nos modelos de educação, uma vez que as crianças conquistaram o direito de serem ouvidas pelos adultos. Isso lhes têm concedido mais liberdade e autonomia em comparação com o passado”. A autora critica práticas contemporâneas, nas quais os pais não decidem mais sozinhos o que compram e passam a “negociar” com as crianças. Afinal, a intenção de criar filhos com mais diálogo ou sem autoritarismo, parece incorporar as propostas sedutoras do marketing e da publicidade, bem como a ideologia da maternagem intensiva tratada nesta pesquisa.

Por outro lado, os valores que podem de fato libertar as novas práticas de maternagem, conforme as entrevistadas desta pesquisa, aproximam-se da pedagogia considerada feminista. Nesses aspectos, há uma manutenção do diálogo e da liberdade de escolha para estimular o discernimento das crianças e a emancipação das meninas, como narra a entrevistada Laura (2016) sobre sua filha de seis anos: “ela convive com muitas crianças, ela é combativa e diz ‘você não manda em mim, não, mas por que eu não posso brincar? Eu também posso brincar!’ ela não aceita as limitações”. Afrontar as limitações impostas por questões sexistas demonstra uma disposição para questionar a própria liberdade, que pode ser associada às pedagogias feministas pois, para Guacira Louro (1997, p. 115), “pretendem a ‘conscientização’, a ‘libertação’ ou a ‘transformação’ dos sujeitos e da sociedade. (...) lembram as propostas de Paulo Freire (...) sua proposta de uma ‘educação libertadora’ são conhecidas internacionalmente e referências destacadas nas pedagogias feministas”.

O propósito feminista de haver liberdade de escolha para as mulheres confere alguns desafios à formação das filhas. Muitos símbolos culturais carregados com estigmas de feminilidade são comumente oferecidos com exclusividade às meninas, como

a simbologia das princesas. Maria Collier de Mendonça (2014, p. 229) identificou em sua pesquisa que as mulheres mães criticaram os anúncios de Barbie Escola de Princesas e do Walmart com roupas de princesas da Disney, “por reforçarem códigos tradicionais de feminilidade, ao promoverem que as meninas devem usar cor-de-rosa, logo, devem ser tão delicadas como as princesas”. Na crítica às publicidades direcionadas ao público infantil, destacam-se os estereótipos sexistas e os padrões de beleza norte-americanos nos brinquedos para meninas.

A entrevistada Laura (2016) argumenta essas referências do meio social: “tenho um problema sério com princesas, mas a minha filha se veste de princesa quantas vezes ela quiser, porque eu respeito a escolha dela. Mas, ela também se veste de ninja, de guerreira, de tudo. Ela tem liberdade para ser o que ela quiser, é uma coisa que eu pratico ativamente”. A entrevistada Luiza (2017) também menciona o tema em suas práticas de maternagem: “faço algumas conversas com ela, digo ‘filha, mulher pode fazer o que quiser, pode ser bombeira, piloto de avião’ e também sobre expressões que elas trazem muito da escola. [...] Eu digo ‘qualquer um pode gostar do rosa e do azul’ assim como brincadeiras, eu nunca faço essa distinção”.

As novas práticas de maternagem das entrevistadas com suas filhas podem ser associadas à tendência emancipatória da epistemologia feminista tratada por Margareth Rago (1998, p. 10-11): “há um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo”. Na construção de novos significados para a interpretação do mundo, segundo a autora, o pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento propondo uma nova relação entre teorias e práticas, em contraponto às verdades científicas universais.

Considera-se que construir práticas de maternagem na formação dos próprios filhos torna-se um desafio de mediação do mundo e transmissão de valores. Sobre tal desafio, a entrevistada Renata (2017) conta sobre a relação com seus filhos: “eu converso com eles sobre o que acontece versus o que eu entendo que é certo. Tento não dizer ‘essa é a verdade com V maiúsculo’. Mas temos um tripé de valores, o respeito, a responsabilidade, a liberdade e eu falo para eles que a única coisa que eu não negocio é o respeito”. Com essas premissas e verdades ponderadas, ela relata que releva muitas falhas, mas não admite desrespeito às pessoas com deficiência, às pessoas negras, às mulheres, aos idosos, em qualquer contexto, inclusive com amigos iguais ao seu filho.

Renata (2017) também cita que atenta ao que seus filhos pré-adolescentes

assistem nas mídias digitais, mas que é difícil selecionar os assuntos: “o mais novo que tem nove anos veio me falar ‘mãe, é verdade que as pessoas bebem para ficar juntas, que tem que beber para namorar e beijar alguém?’. Então, conversei com ele sobre noção de consentimento, que beijar alguém que não esteja completamente lúcido e ciente é estupro”. Mensurar esse poder midiático e cultural da exposição de seus filhos aos assuntos dos quais eles não conheçam, torna ainda mais importante construir valores de igualdade e de respeito com diálogo e honestidade na relação com os filhos. Da forma semelhante, a entrevistada Antônia (2017) cita a dificuldade de intermediar a relação de seu filho com o que assiste na mídia: “é difícil manter a calma quando, por exemplo, meu filho está assistindo um Youtuber e ele fala um absurdo. Dá vontade de desligar o vídeo. Mas, não posso fazer isso como forma de opressão. Independente do meu cansaço e indignação eu tento sempre explicar, ser paciente [...] o mundo está jogando contra a gente o tempo inteiro”.

A paciência ao desenvolver as práticas de maternagem nos diálogos sobre questões sociais com os filhos, representa uma forma não violenta de expor um entendimento democrático sobre as verdades e os fatos, com a defesa da diversidade a partir do respeito. Esse posicionamento político das mães feministas pode ser percebido, também, nas conversas sobre questões feministas com outras pessoas de suas convivências, como narra Antônia (2017): “meu pai às vezes diz que eu estou radical demais com as coisas, eu tenho que ir com toda paciência do mundo tentar fazer ele entender o que estou dizendo, eu tento ser bem didática”. Ela afirma que prefere conversar e defender seu posicionamento feminista contra o sexismo de maneira menos combativa e mais educativa, pois acredita ser mais útil para gerar reflexões, em vez de ser enfática que, muitas vezes, provoca uma resistência à mudança.

As mães entrevistadas demonstram uma tentativa de transformar a relação familiar em um meio de pensar política em termos de convivência social, conforme Daniela Ramos (2015, p. 100): “a política, por constituir um campo alheio à realidade cotidiana, requer a analogia com outras práticas sociais para que se possa atribuir-lhe sentido. Como argumenta Sarti (2009, p. 39), a família constitui uma ‘referência simbólica’ para pensar a política”. Essa política se relaciona aos princípios morais aprendidos com familiares, como honestidade, disciplina e noções de respeito.

A construção de uma sociedade justa envolve a promoção de valores e objetivos que podem ter relação direta com uma série de aspectos da vida familiar. Entre eles estão a privacidade, a intimidade, o cuidado com indivíduos com os quais temos laços especiais, o tempo do lazer, a atenção amorosa, o apoio para o desenvolvimento emocional, intelectual e moral das crianças (Young, 1997, p. 129) [...] para buscar esses valores e objetivos, em um modelo de sociedade que assegure a liberdade individual e a igualdade entre os indivíduos, não é necessário pressupor ou impor um modelo de família. [...] É preciso avançar em políticas que garantam a integridade individual e possibilitem as relações de cuidado e atenção sem que elas signifiquem um obstáculo à igualdade (BIROLI, 2014, p. 62).

Uma sociedade justa é aquela que valoriza práticas que resguardem a liberdade individual e a igualdade de direitos no contexto das diferenças sociais. Essa valorização é possível com promoção do respeito às identidades plurais e combate às violências desde a esfera doméstica até as ações estatais, além da ampliação da responsabilidade social

pelo cuidado como uma questão pública e não apenas privada e doméstica. Dessa forma, as práticas de maternagem das mulheres da Cientista Que Virou Mãe se relacionam com o propósito de valorização e democratização das tarefas de cuidado pelo respeito à diversidade como uma potência de transformação social.

Referências

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HOOKS, Bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Tradução: Beatriz Agustí, Lina Tatiana Ruiz, Mayra Moreno, Maira Romo, Sara González. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

MENDONÇA, Maria Collier de. *A Maternidade na Publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica - PUC/SP, 2014.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice*. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMOS, Daniela Peixoto. *A família e a maternidade como referências para pensar a política*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

Lista de fontes

Antônia (pseudônimo). Entrevista concedida a Luana Borges Lemes. Florianópolis, 22 mar 2017. [A entrevista completa transcrita pode ser acessada em luborgeslemes@gmail.com]

Luiza (pseudônimo). Entrevista concedida a Luana Borges Lemes. Florianópolis: 08 de maio de 2017. [A entrevista completa transcrita pode ser acessada em luborgeslemes@gmail.com]

Renata (pseudônimo). Entrevista concedida a Luana Borges Lemes. Florianópolis: 04 de maio de 2017. [A entrevista completa transcrita pode ser acessada em luborgeslemes@gmail.com]

Daiana (pseudônimo). Entrevista concedida a Luana Borges Lemes. Florianópolis,: 05 de maio de 2017. [A entrevista completa transcrita pode ser acessada em luborgeslemes@gmail.com]

Laura (pseudônimo). Entrevista concedida a Luana Borges Lemes. Florianópolis: 09 de novembro de 2016. [A entrevista completa transcrita pode ser acessada em luborgeslemes@gmail.com]

Recebido em outubro de 2022
Aprovado em dezembro de 2022